

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Governo apresenta nova PEC da Educação

**ASSEMBLEIA** Proposta protocolada ontem na Casa pelo deputado Bruno Peixoto (MDB) corrige texto da emenda à Constituição aprovada em setembro e que reduziu orçamento da área de 27% para 25%

Marcos Nunes Carneiro  
marcos.carneiro@opopular.com.br

O governo apresentou ontem na Assembleia Legislativa uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para mudar contabilidade do orçamento para a Educação. O texto, apresentado via líder do Governo na Casa, Bruno Peixoto (MDB), altera o artigo 158 da Constituição Estadual prevenindo que o Estado deve aplicar no mínimo 25% de sua receita para o setor.

A nova redação segue o previsto na Constituição Federal e muda o mesmo artigo alterado por emenda constitucional aprovada em setembro e que reduziu a vinculação orçamentária da Educação de 27% para 25% ao incluir os 2% destinados à Universidade Estadual de Goiás (UEG) na vinculação geral da área. A redação atual determina aplicação mínima de 25%, mas assegura 2% à UEG.

A mudança, segundo Bruno Peixoto, é para evitar futuros questionamentos jurídicos em relação à emenda constitucional, corrigindo o texto atual. "Essa PEC apenas replica o texto da Constituição Federal para a estadual, sem alterar em nada administrativa ou financeiramente. É apenas uma mudança contábil."

Na prática, a nova redação tira de vez os 2% de vinculação da UEG, visto que o texto não cita a universidade, mas prevê a aplicação "da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino". Bruno, contudo, diz que a instituição continuará

tendo 2% do orçamento e que a questão deve ser regulamentada, depois, em ato próprio. Não relata, contudo, como isso será feito.

### INCONSTITUCIONAL

A proposta foi apresentada dois dias após a Justiça suspender a emenda constitucional aprovada em setembro. A juíza Patrícia Dias Bressa, da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual, atendeu pedido de liminar do deputado de oposição Cláudio Metrelles (PTC) e suspendeu os efeitos do texto constitucional.

Questionado se a nova PEC visa também assegurar que o governo não precise voltar a aplicar 27% de sua receita arrecadada na Educação, Bruno Peixoto nega. "Entendemos que recorreremos e vamos conseguir derrubar. Acredito que a liminar vai cair. Esse novo texto, para o governo, é uma questão contábil."

Ontem, porém, deputados falavam nos bastidores que a proposta seria uma estratégia para assegurar a aplicação de apenas 2% a fim de evitar possível processo de improbidade administrativa contra o governador Ronaldo Caiado (DEM), caso a Justiça derrube a emenda na análise de mérito.

Em sua análise, como mostrou o POPULAR ontem, a juíza considerou a emenda atual inconstitucional, embora a ação de Cláudio Metrelles questione apenas o processo de transmissão da matéria na Casa.

Segundo a magistrada, a inconstitucionalidade estaria no fato de a emenda ter sido colocada em PEC que tratava de outro assunto – a modificação orçamentária



“Entendemos que recorreremos e vamos conseguir derrubar. Acredito que a liminar vai cair. Esse novo texto, para o governo, é uma questão contábil”

Bruno Peixoto (MDB), líder do Governo na Assembleia

foi colocada por Bruno em texto de Vinícius Cirqueira (PROS) sobre imposto de cartão de crédito. O processo ainda será alvo de análise de mérito no Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO).

O líder do Governo, que protocolou o texto ontem com 17 assinaturas, afirma trabalhar para aprovar a matéria ainda neste ano – sendo PEC, a proposta precisa aguardar dez sessões pa-

ra começar a tramitar, o que dificulta a aprovação antes do recesso parlamentar, marcado para 15 de dezembro.

Contudo, se aprovada, esta será a terceira mudança na Constituição Estadual apenas no artigo 158. Em maio, emenda já havia mudado a redação para flexibilizar o 1,25% de vinculação constitucional para ciência e tecnologia.

### Aidar trata rescisão da Enel com cautela

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia, Humberto Aidar (MDB), diz que não vai paular o projeto de lei que prevê a rescisão do contrato de concessão com a Enel para distribuição de energia em Goiás antes de conversar com o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), que assina a matéria juntamente com o líder do governo, Bruno Peixoto (MDB). O projeto foi apresentado nesta semana sob críticas quanto à sua constitucionalidade, aspecto que deverá ser analisado pela comissão. A proposta é considerada inconstitucional por advogados, visto que o Estado não tem competência para legislar sobre a concessão, que é atribuição do governo federal.

Ontem, deputados já afirmavam que Diego Sorigatto (PSDB) teria sido escolhido para relatar o projeto, informação confirmada tanto por ele, que é da base do governo, quanto por Bruno Peixoto.

Responsável por indicar a relatoria, Humberto Aidar afirma não descartar a indicação, mas diz que vai esperar diálogo com Lissauer, que está em viagem, para depois tratar do assunto.

Ontem, o governador Ronaldo Caiado (DEM), que seria líder da proposta, descartou que o Estado não tem prerrogativa para cassar a concessão da Enel, afirmando que, se aprovada a matéria, vai sancioná-la em frente à sede da Enel.



**GIRO**



**Caio Henrique  
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

---

## *Local*

O governo estadual abrirá uma unidade do Vapt Vupt no Shopping Bougainville, um dos empreendimentos do secretário estadual Wilder Moraes (Indústria e Comércio). A administração estadual afirma que o Estado não pagará nada pelo uso do espaço, que terá capacidade para 20 mil atendimentos mensais, e que considerou a localidade e a facilidade de acesso ao local.

---



## Governo ajusta detalhes finais na ferrovia Norte-Sul



WELLITON CARLOS DA SILVA

21 de novembro de 2019 19:03 | Atualizado há 14 horas

👍 Curtir 0

Compartilhar



O vice-governador Lincoln Tejota e o secretário de Indústria e Comércio Wilder Moraes reuniram-se nesta quinta-feira, 21/11, com o presidente da Rumo Logística Malha Norte-Sul, Júlio Fontana, e diretores da empresa, concessionária da ferrovia. Em pauta, ajustes dos detalhes finais da conclusão da Ferrovia Norte Sul (FNS) e a entrada em operação do primeiro trecho.

Conforme o vice-governador Lincoln Tejota, em breve será demonstrado ao governador Ronaldo Caiado os detalhes do Programa de Desenvolvimento do Entorno da Ferrovia Norte-Sul, contemplando fomento a novas atividades do agronegócio, capazes de mudar a geografia econômica das regiões norte/nordeste de Goiás.

No caso da Rumo, os investimentos da companhia são estimados em R\$ 2,72 bilhões. Segundo apresentação da empresa, o trecho Central ligando Anápolis a Porto Nacional (TO), está com construção finalizada, atualmente em diligência para averiguar o estado de conservação do leito ferroviário; e deve entrar em operação, no sentido Porto de São Luís, no ano que vem. O trecho Sul, de Rio Verde a Estrela D'Oeste (SP), está em obras e deverá ser entregue no começo de 2021.

Os diretores demonstraram ainda a capacidade do grupo em operar a logística que integra os trechos da FNS também ao Porto de Santos e ainda com o Norte do país, no transporte de volumetria (grãos, açúcar, bauxita, fertilizantes e biocombustíveis) como também bens de consumo, inclusive em containers refrigerados, tanto saindo de Goiás como no retorno das viagens.

“Estamos prontos para receber o grupo e acompanhar o cronograma de operações. O Estado que nossa população quer está ligado à conclusão desses projetos”, assegurou Tejota. O vice-governador lembrou que Goiás tem potencial para avançar no comércio exterior, especialmente atendendo às necessidades dos países asiáticos. “Esses países precisam de nossos insumos. Goiás, com a criação dessa nova plataforma de transporte ferroviário abre um novo leque de desenvolvimento” afirmou ele.

O secretário de Indústria e Comércio Wilder Moraes, além de discutir cronograma das obras e início das operações, avançou-se também na sinergia tanto do governo como da empresa, no trabalho de captação e divulgação de negócios e oportunidades para a ferrovia. “O governo vai dar todas as condições para o início das operações. Vários empresários anteciparam investimentos e muitos outros aguardam a proximidade do funcionamento da ferrovia para abrir novas frentes de desenvolvimento”, informou.



## HUGO abre concurso para enfermeiro

Organização Social que assumirá a gestão do hospital abre vagas para preencher postos de trabalho para profissionais de enfermagem. Transição está tranquila



REDAÇÃO

21 de novembro de 2019 17:51 | Atualizado há 16 horas

Curtir 1

Compartilhar



### Por Hélimton Prateado

O Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), Organização Social que assumirá o contrato de gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO) no dia 1º de dezembro abriu novo edital para contratação de profissionais de enfermagem (nível superior). O processo seletivo se destina a preencher as vagas remanescentes do processo de recadastramento dos colaboradores que trabalham atualmente e que não tiveram interesse em continuar.

De acordo com a coordenadora de Recursos Humanos do INTS, Neyla Carvalho, o processo de recadastramento dos colaboradores transcorreu normalmente durante a semana e os demais cargos foram preenchidos, superando as expectativas. “Recebemos os trabalhadores com interesse em continuar com seus contratos e postos de serviço e tudo foi devidamente formalizado com integral respeito aos profissionais”, comenta.

O edital para preenchimento de vagas de enfermeiros dentro da nova modalidade estará disponível no site do INTS ([www.ints.org.br](http://www.ints.org.br)) e os interessados poderão preencher a ficha preliminar, se habilitando para a próxima etapa do processo seletivo.

A direção do INTS reafirmou seu propósito de relação harmoniosa e de respeito para com os colaboradores e terceirizados, visando o integral cumprimento do compromisso de prestar um atendimento humanizado e de qualidade para a população de Goiânia.



## Caiado anuncia pagamento de R\$ 30 milhões de Fundo de Arte e Cultura



REDAÇÃO

21 de novembro de 2019 17:35 | Atualizado há 16 horas

Curtir 0

Compartilhar



O governador Ronaldo Caiado anunciou, nesta quinta-feira (21/11), o pagamento dos editais do Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC), relativos a 2018 e parte de 2017, que totalizam mais de R\$ 30 milhões. Ao todo, são 342 projetos atendidos. “Em todo o ano passado, foram R\$ 5 milhões pagos e uma dívida grande deixada para trás. Nós autorizamos o pagamento de R\$ 30 milhões de uma só vez”, disse o governador, durante evento em defesa da mulher no Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), unidade da Secretaria de Estado de Cultura de Goiás (Secult), no qual estava presente também o titular da Secult, Edival Lourenço.

O FAC é um instrumento de fomento à Cultura administrado pela Secult Goiás e um dos principais impulsionadores do setor no Estado. Os 308 editais que estão sendo pagos são os que foram lançados e/ou empenhados em 2018, além de 34 projetos de restauro e de audiovisual de 2017 que foram aprovados no orçamento do ano passado. A responsabilidade pelo pagamento é da atual gestão. Havia um anseio do segmento cultural para a liberação deste pagamento. Todos os editais contemplados em 2018 serão pagos.

Contando com esses recursos, projetos de música, dança, teatro e artes visuais vão circular em turnês por todo estado de Goiás. Alguns projetos contemplados vão levar os artistas goianos a cruzarem cerca de 15 estados brasileiros e mais de dez países. Entre os contemplados, são 172 projetos vindos dos municípios do interior. Dos sete projetos de bolsa de formação em artes que serão pagos, quatro vão poder se capacitar em cursos e mestrados no exterior.

Um desses editais contempla os projetos de três grupos goianos de teatro que serão enviados, em julho de 2020, para o Festival de Avignon, na França, o segundo maior festival de teatro do mundo. Os grupos vão ficar por um mês se apresentando, levando o nome de Goiás para fora. Outro edital irá levar músicos goianos para turnês na América do Sul e grupos de teatro e dança e artes visuais para festivais e grandes exposições fora do Brasil.

Entre os beneficiados, estão projetos como a Feira de Artes Goiás (Fargo) e o 25º Salão Anapolino de Artes, um dos maiores salões de arte do Brasil, importantes para o fomento, o fortalecimento e a difusão da cultura goiana. De acordo com Edival Lourenço, secretário de Estado de Cultura de Goiás, com essa injeção de R\$ 30,7 milhões, durante todo o ano, em cada semana haverá mais de três projetos acontecendo, simultaneamente. “Com certeza, a população goiana é significativamente favorecida com esse investimento do governo, em parceria com os artistas. O ganho do povo goiano é cultural e social. São projetos que circulam em todo o estado, chegando em municípios pequenos, médios e grandes”, afirmou.

Para o secretário de Cultura, o governo está investindo esses quase R\$ 30 milhões na Cultura Goiana e, em breve, verá o retorno desse investimento. “O recurso direcionado ao FAC também aquece a economia goiana, já que o valor também retorna para o Estado de Goiás em forma de impostos, uma vez que a maior parte dos proponentes beneficiados são pessoas jurídicas. Também cabe ressaltar a geração de empregos diretos e indiretos”, explicou. “Além de fomentar e fortalecer o cenário cultural, o FAC fortalece o mercado e a economia de Goiás”, reforçou Edival Lourenço.

Em relação aos artistas e produtores culturais, o pagamento dos editais do Fundo de Arte e Cultura significa que eles, além de garantir seu sustento e a exibição de seus trabalhos, poderão levar a cultura de Goiás para outros estados e países. Além disso, eles também aproveitam para fazer contato com outros centros culturais e outros artistas e estabelecer mais vínculos de apoio. Nesse sentido, eles podem retornar às suas praças culturais e alçar voos maiores.



## Xadrez

Venceslau Pimentel | [xadrez@ohoje.com.br](mailto:xadrez@ohoje.com.br)

---

### Prejuízo

Chegou ontem à Alego ofício do presidente do Tribunal de Contas do Estado, Celmar Rech, comunicado sobre irregularidade na utilização de recursos do Fomentar, em 2004, com prejuízo de R\$ 303 mil ao Erário. Ridoval Chiareloto terá de ressarcir esse valor.



## Caiado eleva tom de críticas à Enel

Governador sai em defesa de projeto apresentado pela Assembleia e diz que há legalidade para encampar companhia

Samuel Straioto

As críticas a empresa Enel Distribuição têm sido uma rotina para o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). O gestor saiu em defesa do projeto apresentado pelos deputados estaduais Lissauer Vieira (PSB) e Bruno Peixoto (MDB). A matéria pede a encampação da Enel. Caiado diz que há legalidade e que ele na condição de governador tem prerrogativas para defender uma melhor prestação do serviço de energia elétrica no estado. O chefe do Executivo pretende outra vez, levar o assunto ao presidente da República, Jair Bolsonaro.

O governador foi questionado sobre o decreto legislativo apresentado na Câmara Federal pelo deputado Elias Vaz (PSB). O parlamentar pede a sustação do contrato de energia em Goiás. Caiado avaliou que esta é uma questão que vai além de siglas partidárias, que é um sentimento da sociedade de forma geral, de que a Enel não tem prestado um bom serviço no estado.

“Isso é um sentimento de todos os goianos. Independente de sigla partidária, esse é um sentimento da sociedade como um todo. Ninguém mais suporta essa maneira desrespeitosa de como a Enel tem tratado o povo goiano. Isso é uma realidade que extrapolou e muito o respeito de uma empresa do porte da Enel de-

veria ter com os goianos” afirmou Ronaldo Caiado.

### Constitucionalidade

Caiado defendeu a constitucionalidade da lei que está em tramitação na Assembleia. Ele afirma que não pode esperar que decisões venham a ser tomadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ou pela Justiça Federal, mas que tem prerrogativas na condição de governador do estado a tomar decisões que possam ir de encontro ao interesse público. O governador preferiu não comentar a proposta feita pelo deputado Elias Vaz.

“O estado de Goiás não vai ser governado por Roma, o estado vai ser governado por Ronaldo Caiado. Eu tenho garantias constitucionais que não posso admitir que qualquer empresa venha cobrar tarifas dos goianos para fornecer energia elétrica e imponha prejuízos. As medidas serão tomadas com responsabilidade”, declarou.

O gestor não concorda com o argumento de que a legislação estadual possa ser inconstitucional. Ronaldo Caiado disse que já foi parlamentar por seis mandatos e que tem pleno conhecimento da legislação. O governador pretende reforçar a discussão do tema com o presidente da República, e com representantes do governo federal na área de Minas e Energia.

“Esse assunto será levado ao presidente da República, novamente, se a matéria for apro-



“O estado de Goiás não vai ser governado por Roma, o estado vai ser governado por Ronaldo Caiado”

vada na Assembleia Legislativa, terá a sanção do governador, nós tomaremos as medidas. As pessoas podem dizer que a matéria é de competência federal. A posição nossa enquanto governador do direito concorrente. Eu não posso imaginar que apenas uma decisão da Aneel ou da justiça federal que está tão distante da nossa realidade possa querer decidir unicamente sem querer ouvir a voz da população do estado de Goiás”, destacou Caiado.

### Protesto

O governador fez um pedido para que todas as pessoas encaminhem reclamações ao Procon, a Procuradoria Geral do Estado e a Controladoria Geral do Estado sobre a Enel. Caiado argumentou que caso a lei que pede a encampação da Enel venha a ser aprovada na Assembleia, que no dia da sanção fará um evento na porta da empresa para receber as

queixas dos contribuintes.

“Vamos promover um evento na porta da Enel, colocar todos no dia da sanção, deputados, prefeitos, vereadores, primeiras damas, produtores, empresários, servidores públicos, todos os segmentos da sociedade dos 246 municípios goianos”, afirmou.

### Defesa

Em nota, a Enel Distribuição Goiás informou que o serviço de distribuição de energia elétrica é concedido pelo Governo Federal, por meio do Ministério de Minas Energia (MME) e que, portanto, qualquer medida relacionada à concessão é competência privativa da União, nos termos da Constituição Federal.

A companhia disse que está seguindo com o cronograma de aceleração dos investimentos acordado em agosto deste ano com o governo estadual, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel). Ainda este ano, a companhia vai inaugurar duas novas subestações, uma em Mineiros e outra em Anápolis, que beneficiarão ao todo cerca de 200 mil clientes.

O plano de investimentos também prevê, dentre outras ações, o atendimento, até dezembro do próximo ano, de 68% da atual demanda por capacidade adicional de energia (462 MVA), acumulada durante anos de falta de investimentos no período em que a distribuidora era estatal, sendo que a totalidade será concluída até 2022, com a conclusão de obras de infraestrutura de grande porte.

A Enel reitera que com as frequentes chuvas que atingiram a região nos últimos dias, a empresa reforçou seu plano de atuação emergencial, deslocando eletricitistas de outros estados e contratando helicópteros para atuar na recuperação da rede elétrica nas áreas rurais. **(Especial para O Hoje)**



## Bancos anunciam mutirão para renegociação de dívidas

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, assinaram ontem (21) um acordo de cooperação técnica para promover ações coordenadas na área de educação financeira e de renegociação de dívidas. O acordo foi assinado no início da tarde de hoje, em São Paulo.

A primeira ação do acordo será a realização de um mutirão para renegociação de dívidas, marcado para ocorrer entre os dias 2 e 6 de dezembro. Neste mutirão, participarão os bancos Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander e Banrisul. Uma novidade será que a renegociação de dívidas poderá ser feita nas próprias agências, de forma personalizada. Ao todo, 261 agências bancárias participarão do mutirão.

As agências deverão ficar abertas até as 20h para isso. A

lista com as agências participantes da ação serão divulgadas na próxima segunda-feira (25), no site Papo Reto, da Febraban.

Durante o mutirão, disse o presidente da Febraban, também serão dadas orientações sobre educação financeira aos clientes. Cada um dos bancos envolvidos vai definir os valores e a forma de negociação. “Os bancos vão oferecer as condições mais vantajosas para a renegociação. Cada banco tem sua política própria de renegociação de dívida que vão desde o parcelamento e a troca por outra dívida, até descontos”, disse Amaury Oliva, diretor de Autorregulação e Relações com os Clientes da Febraban.

### Outras ações

O acordo prevê ainda outras três ações. Uma delas é a criação de uma plataforma online de educação financeira que, segundo Amaury Oliva, deve ter início no próximo ano.

Também estão previstos, segundo Luis Gustavo Mansur, chefe do Departamento de Promoção e Cidadania Financeira do BC, a promoção de um concurso nacional que premiará ações e iniciativas sobre educação financeira, com edital previsto inicialmente para maio do próximo ano; e ações para a Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF), que geralmente ocorre no mês de maio. “Essas iniciativas podem alcançar um público vasto: cerca de 144 milhões de brasileiros adultos, com relacionamento bancário”, disse o presidente do Banco Central.

O acordo não envolve a transferência de recursos financeiros entre as instituições e tem vigência de 60 meses. O plano inicial de trabalho, que prevê a realização das quatro ações (mutirão, plataforma online, concurso e apoio à Semana Nacional de Educação Financeira), terá duração de 24 meses. **(Agência Brasil)**



## Estado vai exonerar agressores

Governo de Goiás lançou pacto envolvendo toda a sociedade civil para reduzir os índices de feminicídios

Eduardo Marques

Com o objetivo de combater a agressão e diminuir os índices de feminicídio registrados no Estado, o governador Ronaldo Caiado (DEM) firmou compromisso de demitir servidor público que agride mulher. Segundo ele, todos aqueles que estiverem envolvidos em processo de denúncia de violência doméstica serão exonerados do Governo. De acordo com Caiado, o homem que pleitear algum cargo na administração pública e estiver passando pelo mesmo problema será excluído do processo seletivo.

A medida foi anunciada na manhã desta quinta-feira (21) no auditório do Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), em Goiânia, durante o lançamento do Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra a Mulher e nomeação do Comitê Gestor. Segundo dados do Monitor de Violência, a quantidade de homicídios contra elas caiu 18% em Goiás. No entanto, os registros de feminicídio aumentaram em 22,5% entre 2017 e 2018. A ideia é envolver toda a sociedade no combate à violência.

Além do projeto Maria da Penha na Escola, o Pacto Goiano Pelo Fim da Violência contra a Mulher preconiza uma série de outras ações. Uma delas diz respeito ao aplicativo Goiás Seguro, que está disponível para as versões iOS e Android. A partir dele, qualquer cidadão, e não necessariamente somente a vítima,



Lúcia Vânia afirmou que Estado não pode continuar com marca de agressão às mulheres e pediu envolvimento geral

poderá acionar a Polícia Militar (PM) pelo celular.

Sobre o aplicativo, o democrata explicou que quando a mulher sofrer ameaça ou agressão, ela pode acessar essa ferramenta e, de acordo com ele, imediatamente a ferramenta localiza a viatura policial mais próxima. Após acionamento inicial, a central de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO) continua mantendo comunicação com a vítima, orientando-a até que o carro chegue. O governador garante que o Estado tem condições eficientes de oferecer estrutura de defesa às mulheres vítimas de violência doméstica, como capacitação das forças de segurança.

Para otimizar o serviço e combater falsas denúncias, o secretário de segurança pública, Rodney Miranda, enfatizou para que as mulheres só utilizem a ferramenta em momento oportuno, para “não congestionar o canal”. “Nós temos um problema sério de tro-

te telefônico no 190, que é um absurdo. Não podemos começar com esse aplicativo de maneira errada”, disse.

“São medidas necessárias e urgentes. O ‘todos por elas’ não é um slogan, mas uma meta de Governo. Essa taxa que tanto envergonha o Estado de Goiás em ocupar o segundo lugar no número de feminicídios do Brasil, nós queremos jogar a patamares mínimos e, se possível, termos um menor índice de violência contra mulher”, afirmou o governador ao ser incisivo em não aceitar que homens continuem agredindo as mulheres.

Durante o lançamento do Pacto, foi realizada a abertura dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. A Organização das Nações Unidas (ONU) propõe 16 dias de mobilização global da sociedade civil, mas, no Brasil, o ativismo contra a violência dura 21 dias – começa no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, e se encerra no dia 10 de dezembro, Dia

Internacional dos Direitos Humanos.

### Parceria

A gestão estadual quer promover o engajamento e a união de esforços de todos os goianos no enfrentamento do feminicídio e da violência contra a mulher, tendo em vista os altos índices apresentados no Atlas da Violência de 2019, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), colocando o Estado como o segundo com maior número de feminicídios. A intenção do governo goiano é articular e integrar políticas públicas desenvolvidas por diversos órgãos e entidades governamentais, da sociedade civil e organizações religiosas.

Sobre o Pacto, Rodney Miranda frisou que, além do Governo, toda a sociedade de uma forma em geral está envolvida. “Desde quando assumi a Pasta, eu tenho frisado para que a sociedade civil se una ao Governo para combater o crime no Estado e mudar essa cul-

tura absurda de alguns homens em pensar que podem resolver alguma demanda de maneira agressiva”, assevera.

A titular da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), Lúcia Vânia, reforçou a importância do Pacto e fez um apelo para que toda a sociedade civil possa se envolver no projeto. “Nós precisamos atrair para esse pacto todas as instituições, empresas, segmentos sociais, para que o nosso Estado, tão desenvolvido e promissor, não continue exibindo essa marca em relação aos crimes contra as mulheres”, ressalta.

Além do aplicativo, o Governo de Goiás lançou a Sala Lilás, um espaço multiprofissional adequado e exclusivo para a realização de exames de corpo de delito; e intensificado o trabalho do Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica e Familiar, por meio de parceria com o Tribunal de Justiça (TJ-GO) e Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). **(Especial para O Hoje)**

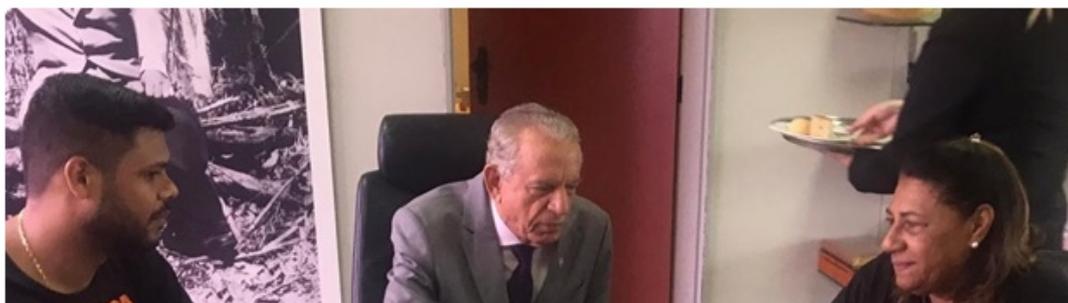


Dia 20 de novembro

## Dia da Consciência Negra se tornará feriado em Goiânia

novembro 21, 2019 9:24 --- Por Felipe Cardoso ---

**Decisão foi tomada em reunião entre o prefeito, o presidente da Câmara Municipal de Goiânia e a mãe da vereadora Marielle Franco, Marinete Silva**



A Prefeitura de Goiânia vai instituir o feriado em comemoração ao Dia da Consciência Negra, já estabelecido em diversos estados e municípios do País. A decisão foi tomada pelo prefeito Iris Rezende (MDB) em reunião na última quarta-feira, 20, com o presidente da Câmara Municipal de Goiânia, Romário Policarpo, e a mãe da ex-vereadora pelo Rio de Janeiro, Marielle Franco, Marinete Silva.

Também participaram do encontro o secretário municipal de Direitos Humanos, Filemon Pereira, e representantes do Movimento Negro Unificado.

“Pode apresentar o projeto, vereador, ele será sancionado. A população negra de Goiânia, Goiás e do Brasil merece o nosso trabalho e o nosso reconhecimento”, disse o prefeito a Policarpo.

No encontro, o presidente da Câmara disse que a instituição do Dia da Consciência Negra em Goiânia se justifica em função da necessidade de intensificação do debate das políticas afirmativas para negros e pardos. “Goiânia precisa se inserir de forma mais firme nessas discussões”, observou.

Iris e Policarpo determinaram que as áreas técnicas do Legislativo e do Executivo atuem em conjunto para que o projeto seja aprovado. Na Prefeitura, as tratativas serão coordenadas pelo secretário municipal de Direitos Humanos, Filemon Pereira.

Já a coordenadora do Movimento Negro Unificado, Ieda Leal, classificou a instituição do feriado do Dia da Consciência Negra em Goiânia como “histórica” para Goiânia. “É uma emoção indescritível”, disse Marinete, mãe da vereadora cujo assassinato, em 14 de março de 2018, ainda não foi esclarecido.

Na ocasião, as autoridades também discutiram a implantação do Museu da Consciência Negra na capital.